



## **Sobre mulheres subterrâneas e exumação narrativa: uma leitura de *Desesterro* (2015), de Sheyla Smanioto**

### ***On Subterranean Women and Narrative Exhumation: Reading of Sheyla Smanioto's Desesterro (2015)***

Karine Mathias Döll

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul  
/ Brasil

karinemdoll@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-7091-6511>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo propor uma leitura do romance *Desesterro* (2015), escrito pela autora paulista Sheyla Smanioto, a partir de textos teóricos sobre literatura marginal, identidades marginais e subalternidade. Esta leitura parte da compreensão de que o texto de Smanioto incorpora processos de subjetivação das personagens que não são comumente tratados em textos literários e que vão além da questão da fome, da violência e da miséria em contextos de vulnerabilidade e exclusão social, ainda que passem também por tais questões. Desse modo, a fim de melhor refletir sobre a problemática apresentada, serão mobilizados os trabalhos de Spivak (2010), Dalcastagnè (2012) e Nascimento (2009) para pensar as implicações da subalternidade e identidades marginais, bem como as discussões de bell hooks (2015) e Michel Foucault (2004, 2008) sobre a produção de identidades e os processos de subjetivação e objetificação.

**Palavras-chave:** literatura marginal; modos de subjetivação; literatura brasileira; Sheyla Smanioto.

**Abstract:** This article aims to propose a reading of the novel *Desesterro* (2015), written by Sheyla Smanioto, born in São Paulo. Supported by theoretical texts about marginal literature, marginal identities and subalternity, the reading starts from the understanding that Smanioto's text incorporates subjectivation processes. Those processes deal with characters differently from most literary texts, since they go beyond the issue of hunger, violence and misery in contexts of social exclusion, even if such issues are also discussed. Thus, to better reflect on the problem presented, the works of Spivak (2010), Dalcastagnè (2012) and Nascimento (2009) are mobilized to think about the implications of subalternity and marginal identities, as well as the discussions of Michel Foucault (2004, 2008) and bell hooks (2015) about the production of identities and the processes of subjectivation and objectification.

**Keywords:** marginal literature; modes of subjectivation; Brazilian literature; Sheyla Smanioto.

*FOME É: ter palavra na ponta da língua e não lembrar.*

*LEMBRAR É: encontrar gostinho de carne em osso pelado.*

(SMANIOTO, 2015, p. 285)

## 1 Introdução

Pensar a literatura produzida por Sheyla Smanioto como uma literatura marginal implica em estabelecer alguns apontamentos prévios sobre o que se considera enquanto marginal no contexto do presente trabalho. Isso porque diferentemente de outro conjunto de escritoras e escritores, tais como Carolina Maria de Jesus ou Ferréz, cujos trabalhos foram outrora questionados quanto aos seus valores estéticos/linguísticos, o trabalho da escritora paulista parece já vir consagrado como literário, uma vez que a publicação de seu primeiro romance é fruto do reconhecimento de um importante prêmio de literatura nacional, responsável por abrir as portas do mercado editorial para autoras/es estreantes, o Prêmio Sesc de Literatura. Nesse sentido, sabemos que a marginalidade da obra de Smanioto não advém do fato de seu texto estar “à margem do corredor comercial oficial de produção e divulgação” (NASCIMENTO, 2009, p. 37) ou do fato de circular “em meios que se opõem ou se apresentam como alternativa ao sistema editorial vigente” (NASCIMENTO, 2009, p. 37). No entanto, é importante destacar que, após publicada, a obra figurou entre os romances finalistas de outro grande prêmio literário brasileiro, o Jabuti, tendo se estabelecido em terceiro lugar no ano de 2016, logo atrás de dois outros escritores que, se comparados à condição de Sheyla na categoria, não deixam dúvida de que se trata de um lampejo de marginalidade em meio à homogeneidade da tradição literária que prêmios como este se empenham em manter viva.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Ou empenhavam-se. Dentre as/os premiadas/os com o Jabuti no ano de 2018, uma categoria causou especial rebuliço. Ao cearense Mailson Furtado Viana, de 27 anos, coube, não apenas o prêmio na categoria de melhor livro de poesia, como também as honrarias como melhor livro do ano. Sua obra, intitulada à cidade, surpreendeu passando ao largo do mercado editorial e inserindo-se na disputa por meio de uma publicação completamente independente (Mailson não só escreveu, como editou, diagramou e até ilustrou a capa de sua obra). Vale o destaque também para o prêmio concedido à escritora gaúcha Carol Bensimon neste mesmo ano, por seu romance *O clube dos jardineiros de fumaça*, publicado pela

Assim, parto para os outros dois significados que caracterizariam o que pode ser compreendido por literatura marginal, propostos por Érica Peçanha do Nascimento (2009), em seu trabalho *Vozes marginais na literatura*, e que dizem respeito à linguagem e à representação de grupos oprimidos em obras literárias. Se a literatura marginal traz consigo “um tipo de escrita que recusaria a linguagem institucionalizada ou os valores literários de uma época”, então não haveria dúvidas sobre o valor marginal, mas muito literário, do romance *Desesterro* (2015). Note-se que aqui o marginal tem uma valoração para além do literário, visto que o literário que este marginal combate exclui formas de criação que não se ligam a ele diretamente, o que acaba por causar um certo esgotamento do termo, portanto. A marginalidade do romance em questão passa pela linguagem, embora contemple também aspectos estruturais pouco associados ao gênero, como, por exemplo, o uso de capítulos curtos, curtíssimos, aforismos e rimas.

Contudo, é ao último significado trazido por Nascimento (2009) que me reporto com mais veemência, pois é com ele que sigo ao encontro do objetivo último deste trabalho, qual seja, evidenciar os processos de subjetivação que permeiam a escrita de Sheyla Smanioto na construção de suas personagens. Partindo do pressuposto de que o texto de *Desesterro* (2015) tem como “projeto intelectual [...] reler o contexto de grupos oprimidos, buscando retratá-los nos textos” (NASCIMENTO, 2009, p. 37), talvez seja possível afirmar que a autora paulista vai além, numa prática radical de releitura que não se contenta com meras descrições ou histórias de personagens marginalizadas, mas desloca a própria compreensão das/os leitoras/es sobre o que elas/es acham que estão lendo para o que elas/es realmente vão ler. E o que elas/es realmente vão ler – ou melhor, uma das possibilidades de leitura sobre a qual encaminho minha análise – é o que tentarei de maneira breve discutir neste trabalho.

Dito isso, as próximas linhas ficarão organizadas da seguinte forma: num primeiro momento, será realizado o levantamento de alguns dados biográficos da autora, por se tratar de um trabalho e de um reconhecimento

---

Companhia das Letras, deixando para trás nomes como o do já premiado artista plástico e escritor Nuno Ramos. Quanto a *Desesterro* e às premiações concedidas no ano de 2016, cabe ressaltar que os primeiros dois lugares foram ocupados pelos escritores paulistas Julián Fuks (*A resistência*, Editora Companhia das Letras) e Luis Sergio Krausz (*Bazar Paraná*, Editora Benvirá), respectivamente.

muito recentes. Acompanhando essas informações, virá ainda um resumo sucinto da obra, para fins de melhor apreensão do romance e das discussões aqui propostas. A seguir, partindo das reflexões trazidas pelas autoras Gayatri Spivak (2010), bell hooks (2015) e Regina Dalcastagnè (2010), bem como por Michel Foucault (2004), discutirei a conceitualidade dos processos de subjetivação, objetificação e da subalternidade dos *sujeitos*. Por fim, serão destacados três pontos de subjetivação fundamentais para a leitura que faço do romance a título de exemplo e sustentação do artigo.

## 2

Num texto crítico sobre o romance *Desesterro* (2015), Rodrigo Casarin inicia suas considerações pelas palavras da própria Sheyla Smaniotto:

Qualquer periferia é longe demais, eu demorei vinte e quatro anos para chegar no centro de São Paulo, o pé na porta. Para qualquer pessoa com um pingão de cultura preta, ir para a escola é ir para outro país, e eu lia muito para descobrir como viviam nesse lugar imaginário chamado Brasil. Ser mulher, ser da periferia, é viver de favor em sua própria casa e a gente tem que ralar muito para se perceber no direito de abrir a geladeira.<sup>2</sup>

Assim como em seu romance de estreia, o discurso da autora é todo ele munido de uma corpulência à qual é impossível se manter indiferente. Nascida em Diadema no ano de 1990, a jovem escritora, agora com três prêmios literários na bagagem,<sup>3</sup> vive atualmente na Grande São Paulo. Corajosa, transita por diferentes grupos sociais e artísticos, tendo seu romance sido premiado quase ao mesmo tempo em que defendia sua dissertação sobre Maurice Blanchot na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), dentro do programa de mestrado em Teoria Literária. Dentre as suas produções e criações, constam o livro de poemas *Dentro e folha* (2012), o também premiado curta-metragem *osso da fala* (2013) e a peça de teatro *No ponto cego* (2014).

---

<sup>2</sup> Ver: CASARIN, 2016.

<sup>3</sup> Além de ter vencido o Prêmio Sesc de Literatura no ano de 2015 e, por essa razão, ter angariado a terceira colocação no famigerado Prêmio Jabuti, *Desesterro* conquistou ainda o Prêmio Machado de Assis, oferecido pela Academia Brasileira de Letras (ABL), no ano de 2016.

*Desesterro* (2015) não foi um livro acidental. Talvez possa ser melhor definido como contingente. É, como disse a própria autora, “um romance para se ler com o corpo inteiro”.<sup>4</sup> Isso porque nele estão inscritas personagens abandonadas num Brasil profundo (como bem as localiza Michel Laub e Noemi Jaffe, que assinam a orelha do romance), resignadas a uma condição de fome, miséria e violência perfeitamente retratadas e, sobretudo, sentidas ao longo da leitura. As cidades fictícias criadas por Smanioto, de nome Vilaboinha e Vila Marta, podem ser quaisquer cidades em que viver é mesmo sinônimo de sobreviver, em que a secura do entorno deixa árida qualquer tentativa de afeto, e onde a comida é dividida entre humanos e vira-latas.

A obra se concentra na história de quatro gerações de mulheres condenadas à geografia que as representa e as identifica, juntamente com a relação delas com um dos únicos personagens que é homem da narrativa, Tonho. Tonho era Antônio, marido de Maria de Fátima. Maria de Fátima, por sua vez, antes de ser esposa, era sua enteada, pois Tonho foi, na verdade, casado com Maria Aparecida, mãe de Fátima. Cida teve duas filhas, Fátima e outra que, coitada, nem nome tem. Ao contrário de sua mãe, Fátima teve apenas uma filha, Scarlett, que vivia também sob a vigilância comprida da avó, a Penha. Maria da Penha. Penha acreditava que dar nome de santas às gerações seguintes lhes trazia bom agouro, o que justifica o festival de Marias. “Penha tem para ela que criança com nome de santa a gente não amaldiçoa” (SMANIOTO, 2015, p. 47). No entanto, Maria de Fátima, desacreditada da crença da avó, batiza a sua filha com “nome de estrela de cinema, distante, de artista. Nada de Maria, diacho, criança com esse nome já nasce sofrida, minguada, encardida” (SMANIOTO, 2015, p. 47). Não surpreende, então, que Maria de Fátima, querendo escapar da realidade martirizante de Vilaboinha, tenha decidido ir embora para a Vila Marta. É de lá que a sua história vai sendo desenterrada, junto à especulação imobiliária, que também faz paralelo e serve de metáfora à realidade atemporal criada por Smanioto.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Ver: Rodrigues, 2015.

<sup>5</sup> Entendo a Maria de Fátima, descrita desde o começo do romance como a personagem que migra para São Paulo, sendo, na realidade, a menina sem nome, ou Maria menina, ao contrário do que algumas resenhas da obra vêm afirmar, embora, neste trabalho, me alinhe às leituras das resenhas por entendê-las como possíveis. Contudo, não caberia aqui uma explicação mais detalhada a esse respeito, uma vez que este não é o propósito do trabalho, mas serve de sugestão para futuras análises deste importante e potente romance sob uma ótica, então, metanarrativa.

Vila Marta é, toda ela, lembrança. Maria de Fátima, de dentro de seu barraco, vê essa “máquina gente” de fora, “cravando suas pás como dentes na terra incrédula” (SMANIOTO, 2015, p. 34). São os escavadores, que procuram algo a ser desenterrado: um corpo ou uma herança? “Se Fátima pudesse enterrava Vilaboinha toda nas terras de Vila Marta, vixe, se enterrava” (SMANIOTO, 2015, p. 52). Mas Vila Marta é secundária, é paisagem adjacente. Um território objetado por Maria de Fátima e Scarlett, pelas/os moradoras/es, pelos vira-latas, pelos escavadores. Sobretudo, com a chegada de sua filha vinte anos após sua fuga, pelas recordações.

O neologismo criado para dar título ao romance parece sempre querer fugir exatamente no momento em que estamos para compreendê-lo. A positividade mesma do desterro, da saída, do degredo? Ou a condição de perpétuo desespero uma vez fora do próprio domicílio, de um *oikos* familiar, de uma ruptura irrevogável? Em entrevista, Smanioto assume que o título da obra nada mais é do que o contrário de desterro, numa brincadeira que exclui a positividade do termo embora não a impossibilite, tornando a condição do desterro passível de ser metamorfoseada num eterno retorno de fuga, por mais estranho que isso possa parecer. E não seria mesmo o estranhamento seu maior triunfo? Um estranhamento consciente de que outro modo não haveria de ler e representar a história dessas mulheres.

Desse modo, mais do que um estar fora do próprio fora, *Desesterro* (2015) é um perpétuo desenterrar daquilo que se insiste em manter enterrado, o desterro pelo enterro desesterrado, na forma de uma narrativa exumada, trazida à tona, deixada à luz de nossos olhos nauseados. Em última instância, é possível afirmar que o romance trata de diferentes tipos de herança, as quais podem ser legadas às novas gerações sem nem por um segundo contar com qualquer tipo de materialidade previsível, sendo a pior de todas a materialidade implacável de se nascer mulher num mundo em que presumivelmente existiria um único Deus, e esse Deus só pode ser homem.

### 3

Tomo de empréstimo as palavras da autora indiana Gayatri Chakravorty Spivak (2010) para dar início às reflexões sobre o romance em questão. Diz-nos, já na última parte de seu aclamado ensaio *Pode o subalterno falar?*: “Evidentemente, se você é pobre, negra e mulher, está envolvida de três maneiras” (SIPVAK, 2010, p. 110). Devemos nos perguntar

em contrapartida: envolvida em quê? E como? Por ora, não me arriscaria a perguntar o porquê.

Em primeiro lugar, é preciso pensar nas condições de possibilidade das personagens de *Desesterro* (2015) em separado. Por mais que elas compartilhem do sofrimento de determinadas agruras dentro de uma coletividade caracteristicamente miserável, em que a fome, a seca, a doença e a penúria são compartilhadas, a maneira como Maria da Penha, Maria Aparecida, Maria de Fátima e Scarlett figuram no romance indica o enaltecimento de uma subjetividade que vai muito além da condição de pobreza e, nesse sentido, é possível dizer que a fome de Tonho se diferencia da fome de Maria de Fátima, por exemplo. É essa diferenciação que faz com que, mesmo tendo se mudado para outro estado, bem longe de sua cidade de origem, e caindo de maneira inevitável em outro ambiente no qual a fome e a miséria também imperam, Maria de Fátima possa se sentir segura. Vinte anos se passaram desde que tomou fôlego para escapar de Vilaboinha e, pelo enredo, percebe-se que as dificuldades que a atormentavam lá traçam diferentes relevos na semelhante condição que nunca deixou de atormentá-la em Vila Marta. A verdade é que “Vilaboinha é mesmo terra boa de ir embora” (SMANIOTO, 2015, p. 90), enquanto “São Paulo é terra boa de chegar” (SMANIOTO, 2015, p. 90).

Parece ficar evidente o paralelo entre a afirmação de Spivak (2010) e a afirmação de Sheyla (2015) na seção anterior: “Ser mulher, ser da periferia, é viver de favor em sua própria casa e a gente tem que ralar muito para se perceber no direito de abrir a geladeira”. A marca de subalternidade presente nesta afirmação faz com que a autora não caia em concepções apressadas sobre o que vem a ser o enredo de seu romance e coloca-a, novamente, em diálogo com Spivak (2010), que alerta sobre o perigo de pensar a/o subalterna/o<sup>6</sup> partindo de conceitos totalizadores de poder e de desejo.

---

<sup>6</sup> Destaco as palavras da teórica e artista, nascida em Lisboa, Grada Kilomba (2019), a respeito da tradução do ensaio de Spivak (2010) para justificar minha escolha por genderizar diversas terminologias que estão presentes ao longo de todo o artigo e por entendê-la como premente a qualquer discussão em língua portuguesa que faça referência à obra da autora indiana: “O termo inglês *subaltern* não tem gênero. No entanto, o título do importante trabalho de Gayatri C. Spivak, *Can the Subaltern Speak?*, é comumente traduzido na língua portuguesa para *Pode o subalterno falar?*, adotando o gênero masculino. Tendo em conta que Spivak é uma mulher, teórica, filósofa e crítica de gênero da Índia que tem feito uma das contribuições mais importantes para o pensamento global, revolucionando os movimentos feministas com

Spivak (2010) discute as problemáticas teóricas dos pensadores Michel Foucault e Gilles Deleuze, embora os considere, com um certo apelo irônico, como os “nossos melhores profetas da heterogeneidade e do Outro” (SPIVAK, 2010, p. 29). O que a autora indiana tem por intenção trazer à luz é a armadilha que esses mesmos autores se colocam ao pensar a/o Outra/o a partir de uma categoria eurocentrada – o Ocidente como *sujeito* –, antes de uma crítica ao *sujeito* soberano propriamente, a qual daria lugar a um outro *Sujeito*: o *sujeito* subalterno.

Foucault e Deleuze, aos olhos de Spivak, partem de um lugar muito específico de fala que os deslegitimaria, embora não negue a potência crítica que tais autores ensejam na construção de suas respectivas trajetórias e dobras intelectivas (sendo mais benevolente com o autor de *As palavras e as coisas* do que com o de *Diferença e repetição*, é verdade). Tal movimento, proposto por Spivak (2010), justifica-se pela herança desconstrucionista sobre a qual a autora alicerça as suas próprias reflexões.<sup>7</sup>

Desse modo, procurando alinhar tais discussões ao discurso literário, o que parece ficar evidente em relação ao texto de Smanioto (2015), é que este consiste, aos moldes de Spivak (2010), numa produção ideológica

---

a sua escrita, a redução do seu mais importante termo, *Subaltern*, ao gênero masculino na língua portuguesa é duplamente problemática” (KILOMBA, 2019, p. 20-21, grifos da autora). O mesmo valerá para a palavra *sujeito*, a qual não permite variações de gênero – *sujeita* –, sem incorrer num erro ortográfico. Desse modo, opto, juntamente com o pensamento de Kilomba, por referir-me a este termo sempre em itálico: *sujeito* (KILOMBA, 2019, p. 15)

<sup>7</sup> A fim de contrapor tanto o pensamento foucaultiano quanto o deleuziano em relação ao *Sujeito* e explorar uma nova leitura sobre a subalternidade, a qual, segundo ela, tem por mote a inacessibilidade, para os autores franceses, da/o Outra/o como *Sujeito* (SPIVAK, 2010, p. 69), Spivak fornece-nos uma “descentralização ainda mais radical do sujeito [que] é, de fato, implícita tanto em Marx quanto em Derrida” (SPIVAK, 2010, p. 23). Em relação a este último, escreve: “Como uma intelectual pós-colonial, não tenho problemas com o fato de ele [Derrida] não me dirigir (como os europeus inevitavelmente parecem fazer) no caminho específico que tal crítica torna necessária. Considero mais importante que, como um filósofo europeu, ele articule a tendência do *Sujeito europeu* de constituir o Outro como sendo marginal ao etnocentrismo e localize *esse* como sendo o problema de todos os esforços logocêntricos e, por conseguinte, também de todos os gramatológicos [...]. Não um problema geral, mas um problema *europeu*” (SPIVAK, 2010, p. 107, grifos da autora). Não esqueçamos ainda que Gayatri Chakravorty Spivak foi a responsável pela tradução e pelo prefácio do clássico derridiano *Gramatologia*, publicado pela primeira vez em 1976 nos Estados Unidos.

contra-hegemônica e, por consequência, a partir das palavras de Nascimento (2009), alinharia-se claramente ao que pode ser considerado marginal.

Sob outro direcionamento, recorro ao trabalho da professora Regina Dalcastagnè (2012), que expôs de forma paradigmática a homogeneidade do campo literário em relação às/aos autoras/es inseridas/os nele e a composição de suas personagens.<sup>8</sup> Ainda que grupos periféricos sejam retratados em textos literários, é sempre necessário dar um passo atrás para compreender que, no mais das vezes, o retrato que se faz dessas personagens já está consolidado sobre uma base estereotipada, visto que o uso do termo homogêneo para designar teimosias do cânone não se dá à toa. O que se quer ao apontar o dedo para autores – sim, autores – que se utilizam de realidades que não lhes competem, quando assim o fazem, é que a literatura não sirva apenas como ferramenta de concessão, em que o autor se permite e permite às/aos leitoras/es um passeio fora da bolha para, no entanto, mantê-la exatamente no mesmo lugar e à mesma distância.

Nesse sentido, pensar a literatura enquanto território e, mais, um “território contestado”, como nos diria Dalcastagnè (2012), é oportuno, tendo em vista que seu campo teórico-prático se submete indiscutivelmente a um certo tipo de saber/poder, ora trazido à baila através do rico pensamento foucaultiano, claro, mas que não se resume a uma concepção monolítica de vivências que afetaria igualmente a todos os seres humanos. Isto é, a/o marginal descrita/o por um/a não marginal dificilmente é retratada/o a partir de uma marginalidade não previsível. Quão difícil seria lembrarmos de narrativas sobre a prostituta sem futuro, o ladrão vingativo, o tarado irremediável etc.? Já a/o marginal descrita/o pela/o própria/o marginal (e aqui incluo as mulheres como marginais *per se*) consegue se manter fora da própria marginalidade para traçar linhas de fuga daquilo que lhe é inerente; consegue se pensar enquanto *Sujeito*.

Quem propõe uma reflexão acerca desta valiosa, embora não menos dolorida e violenta, transição, em que uma pessoa passa de *objeto* de apreciação de outrem para *sujeito* de sua própria história, bem como sobre

---

<sup>8</sup> Essa afirmação baseia-se na extensa pesquisa de mapeamento do romance brasileiro contemporâneo, realizada na Universidade de Brasília (UnB). “O *corpus* da pesquisa atingiu um total de 258 obras, que corresponde à soma dos romances brasileiros do período entre 1990 e 2004, publicados pelas editoras Companhia das Letras, Record e Rocco” (DALCASTAGNÉ, 2012, p. 156)

esta revolucionária passagem do silêncio para o discurso, é a professora estadunidense bell hooks (2015 [1989]), quando afirma:

[...] para mulheres inseridas em grupos oprimidos, as quais retêm tantos sentimentos – desespero, raiva, angústia – as quais não falam, como escreve a poeta Audre Lorde, “por medo de que nossas palavras não serão ouvidas ou não serão bem-vindas”, dar-se a ouvir é um ato de resistência. Falar torna-se tanto uma forma de empreender uma transformação ativa de si mesma, como um rito de passagem onde a pessoa desloca-se do ser *objeto* para o ser *sujeito*. Só podemos falar enquanto *sujeitos*. Enquanto *objetos*, permanecemos sem voz – nossos seres definidos e interpretados por outras/os. (HOOKS, 2015, p. 34, tradução minha).<sup>9</sup>

Este excerto do texto de hooks (2015), o vemos exemplarmente engrandecido na prosa poética de Smanioto (2015), quando Maria de Fátima espera Tonho “segurando panela” para, em seguida, ficarmos sabendo que “o golpe na cabeça de Tonho rompe o sangue. O sangue nas mãos de Fátima rompe seu silêncio” (SMANIOTO, 2015, p. 204). O silêncio de Fátima tem, pela primeira vez, um travessão que o desentope:

Gosto não nasce em trapo guardado, cão do demônio – O silêncio de Fátima rebenta, jorra, logo antes de ela ir embora. – Não se faz gosto como quem faz doce botando a gente em compota, desgraçado, isso não se faz. Apanhar de quem a gente tem gosto deve ser outra dor eu não conheço essa dor eu conheci outra dor, diabo, outra dor que não a surra. Esse tempo todo quieta em sua casa, guardada na saia de minha vó em suas pancadas esse tempo todo guardada não me fez doce, desgrenhado. Eu não quis nascer sua filha, é verdade, ela veio quietinha, eu não quis, mas Scarlett nasceu essa fome eu não tinha essa fome eu não conhecia, bater na menina, essa fome eu fui ter com o louco sozinho essa fome de ter com você, Tonho, e falar é outra fome que eu tenho, Tonho, essa fome eu. (SMANIOTO, 2015, p. 211).

---

<sup>9</sup> “[...] for women within oppressed groups, who have contained so many feelings – despair, rage, anguish – who do not speak, as poet Audre Lorde writes, “for fear our words will not be heard nor welcomed,” coming to voice is an act of resistance. Speaking becomes both a way to engage in active self-transformation and a rite of passage where one moves from being object to being subject. Only as subjects can we speak. As objects, we remain voiceless – our beings defined and interpreted by others.”

Aqui, então, já é possível verificar um dos procedimentos que a autora mobiliza a fim de fazer com que as personagens se apropriem de si mesmas: a quebra do silêncio. Contudo, o romance, ao explorar vários tipos de quebras de silêncio, o faz por meio da revelação de trajetórias subjetivas/discursivas/marginais, isto é, por meio de processos de subjetivação como o que levou Fátima a opor-se a Tonho, por exemplo. Logo, não se trata apenas de uma obra literária sobre a miséria e a fome, mas, sim, e sobretudo, sobre vivências constantemente penalizadas por dores multidimensionais. E únicas. Dito assim, faz parecer que, num primeiro momento, estou desmerecendo tais dificuldades inerentes à condição de miséria e relegando-as a segundo plano, como se irrelevantes. Porém, parece-me evidente que chegar até elas é o caminho mais rápido para pensar grupos periféricos, o que acaba por se tornar contraproducente para a presente análise uma vez que reinseriria essas personagens em categorias monolíticas, unilaterais e estáticas as quais justamente Sheyla (2015) parece querer confrontar.

Cabe salientar que o termo subjetivação diz respeito ao processo de constituição dos *sujeitos* e de suas individualidades, ainda que a essa definição possam ser alocados dois vetores: um em direção a práticas de assujeitamento, ou seja, subjetivação como coerção “[...] de um sujeito que é sujeitado em redes contínuas de obediência, de um sujeito que é subjetivado pela extração de verdade que lhe é imposta” (FOUCAULT, 2008, p. 243); outro em direção a práticas de liberdade, isto é, subjetivação como autonomia de si através de contracondutas ou mesmo através de uma atitude crítica, como a expressa Foucault (1990 [1978]): “[...] a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade; pois bem, a crítica será a arte da inservidão voluntária, aquela da indocilidade refletida” (FOUCAULT, 1990, p. 5). Partindo da percepção de hooks (2015), filio-me à segunda acepção para o uso do termo subjetivação por entender que o primeiro ainda prevê um *sujeito*, sendo que este *sujeito* assim universalizado não prevê formas distintas de coerção para mulheres, tampouco para mulheres negras. A passagem de *objeto* para *sujeito* mostra-se mais acertada, tanto mais quando vislumbramos a não caracterização dessas mulheres como atuantes em quaisquer esferas, como assinala a professora Rita T. Schmidt (2002) ao caracterizar as epistemologias feministas em curso:

[...] um discurso teórico-crítico empenhado na construção de um lugar enunciativo de intervenção na autoridade epistêmica do falocentrismo e no monopólio do sujeito cultural dominante (declinado no masculino) o qual historicamente gerenciou e controlou os mecanismos de produção, recepção e circulação de bens simbólicos segundo uma lógica excludente, responsável pela marginalidade das mulheres como sujeitos produtores de discursos e saberes. Foi o questionamento da hegemonia desse sujeito nos processos de instituição e institucionalização dos significados social, político, cultural, estético e teórico reguladores do campo literário que inaugurou a interlocução crítica com as histórias literárias, com as configurações dos cânones nacionais, com as convenções discursivas, com os códigos estéticos e retóricos, com os próprios conceitos de literatura, de identidade e de valor, gerados e mantidos pela crítica literária e pelo discurso historiográfico, compactuados com o sistema patriarcal da cultura ocidental e, por extensão, das culturas nacionais, vistas sob o prisma de valor inquestionável e universalizante. (SCHMIDT, 2002, p. 108).

Os modos de subjetivação, melhor representados como *processo* do que como *prática* para os propósitos deste trabalho, permitem que “como *sujeitos*, as pessoas tenham o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear a sua história” (HOOKS, 2015, p. 80, tradução minha).<sup>10</sup> Uma vez conhecidos – e conhecendo-se – enquanto *sujeitos*, homens e mulheres são capazes de apropriarem-se do conhecimento que têm sobre si para aí determinar a que “ele[s] está[ão] submetido[s], qual o seu *status*, que posição deve[m] ocupar no real ou no imaginário para se tornar[rem] sujeito[s] legítimo[s] deste ou daquele tipo de conhecimento” (FOUCAULT, 2004, p. 235). Caso contrário, “como objetos, as suas realidades são definidas por outros, suas identidades criadas pelos outros, suas histórias nomeadas apenas de forma a definir as suas relações com aqueles que são *sujeitos*” (HOOKS, 2015, p. 81, tradução minha).<sup>11</sup> *Sujeitos*, por fim, fazem parte da trama histórica, moldando-a, e não apenas sendo autorizados a dela fazer parte de maneira coadjuvante, quando muito.

---

<sup>10</sup> “As subjects, people have the right to define their own reality, establish their own identities, name their history.”

<sup>11</sup> “As objects, one’s reality is defined by others, one’s identity created by others, one’s history named only in ways that define one’s relationship to those who are subject.”

Podemos citar como um primeiro exemplo deste processo de subjetivação a própria fuga de Maria de Fátima para a Vila Marta. Esse certamente foi um dos procedimentos que Sheyla Smanioto (2015) mobilizou para a sua personagem a fim de retratar um retorno de Fátima à consciência de si enquanto sujeito, uma vez que em Vilaboinha ela podia ser filha, mãe, irmã, esposa, “diaba, jumenta, mal-agradecida” (SMANIOTO, 2015, p. 55), mas nunca senhora de si.<sup>12</sup> Não à toa, Penha, sua avó, dirigi-lhe a seguinte pergunta enquanto ainda lá residia: “Sua mãe está morta? E você está o quê, viva?” (SMANIOTO, 2015, p. 56), fixando a nulidade de se ter qualquer posse de si sobre si mesmo nessa cidade cachorra que come os filhotes que não servem (SMANIOTO, 2015, p. 10). Ao contrário de Maria Aparecida, sua mãe, que até tentou fugir, mas desistiu por conta de uma subjetivação calcada no peso da ancestralidade:

Toda vez que a Cida pensava em fugir, grávida, toda vez que pensava em ir atrás do pai da filhinha, correndo, correndo, toda vez a vó voltava, com a bisavó e a tataravó, três carrancas, bravas. Quando a Cida, decidida, ia levantar juntar os trapos, sonhou com o avô, que ela nunca viu nem em retrato, encolhido, encolhidinho, coitado, tentando ter o ranço das mulheres da família. Quando já ia saindo, pronta, sem ter nem pra volta, a bisavó apareceu, vestido longo de chita, cabelos longos de santa, e sussurrou no ouvido da Cida. Ela não ouviu nada a bisavó falou tão baixinho, a Cida não ouviu nada, mas entendeu tudo tudinho tudinho e voltou para dentro arrependida. (SMANIOTO, 2015, p. 65-66)

Maria de Fátima não sentiu essa culpa que Cida pareceu sentir ao vislumbrar uma possibilidade de fuga, mas isso não se deve ao fato das

---

<sup>12</sup> Transcrevo uma fala de Sheyla Smanioto durante o evento “Encontros de Interrogação”, promovido pelo Itaú Cultural no ano de 2016, sobre essa ida a São Paulo figurada no romance. Diz ela: “A primeira motivação que eu tive para escrever o *Desesterro* foi, justamente, trazer uma versão para um episódio histórico da questão da migração nordestina para São Paulo. E foi principalmente porque a história que eu aprendi no colégio sobre esse processo de migração era *uma história de objetos vindo [sic] para cá, e não de pessoas*. E aí eu queria muito fazer uma história em que essas pessoas aparecessem como pessoas e que os motivos para migrar não fossem aqueles de ‘ah, complementar renda’, porque parecia sempre isso para mim. [...] Então, quando você faz essa pergunta, eu fico pensando em quanto existe uma força política em poder contar uma história, e não outra.” Ver: Quais..., 2016.

duas estarem presas a realidades muito diferentes. Vale lembrar que Maria de Fátima casou, depois que a sua mãe morreu, com o próprio marido da mãe. No entanto, os processos de subjetivação que perpassam uma e outra são completamente distintos: Cida vivia sonhando e invocando todas as “carrancas bravas” de sua família que davam sentido a sua vida – “Chama a Cida, anda, de sonho a Cida conhece” (SMANIOTO, 2015, p. 58) –, ao passo que Fátima era mantida sob a terra, que pode ser traduzida em calor, em fome, em aspereza de vida:

No dia de parir a criança, Fátima amanheceu comendo terra. Não era a primeira vez naqueles dias enfermos de sol beirando o chão, mas logo soube: seria a última. Comeu tanta terra e o calor era tanto que quase alcançou um poço. Comeu tanta terra que passou a sentir terra tossir terra e respirar assim que nem terra através de tudo que dela brota. [...] Mas dentre todas as coisas, dentes, escorpiões, dolorosas nuvens áridas, dentre todas as coisas empoladas na goela seca, nada descia tanto como terra a garganta pedregosa de Fátima quanto o pressentimento pedregulho de que alguma coisa ia acabar brotando daquela terra toda. (SMANIOTO, 2015, p. 67).

Desse modo, tomando o exemplo da fuga de Maria de Fátima como ponto de partida para a análise que proponho, destacarei mais dois outros pontos de subjetivação fundamentais da leitura que faço do romance, a fim de expor de que forma Smaniotto reitera a subjetividade de suas personagens num processo contínuo de subjetivação e objetivação dos *sujeitos*.

O segundo deles é a percepção da filha enquanto algo que ela não deseja ter por perto, reivindicando para si uma independência que não é comum a grupos marginalizados, especialmente às mulheres. Sabemos que o retorno de Scarlett, vinte anos depois, à vida de Maria de Fátima, traz com ele reminiscências que foram deixadas há muito enterradas lá em Vilaboinha e agora ela não estava preparada para desenterrá-las novamente e trazê-las para dentro de seu barraco. Assim como não estava preparada para ser, de fato, mãe, além das constatações de como sua filha verdadeiramente é e o que ela gostaria que fosse:

Ela não sorri como a garotinha na caixa segurando o biscoito Costone, quem dera. Scarlett não sabe sorrir, ela bica, bica, engole. Não é bonita como a garotinha Costone, não tem a felicidade que a garotinha tem em nunca comer seu biscoito. Ela bica o polvilho com os dedos. Não

é bonita como a filha da gente deve ser. Bichinha esquisita, cabreira, ela bica o polvilho com os dedos. Ela não é desbotada, ela é cheia de terra, de fome, de fome. Ela não é como a filha da gente deve ser: sorridente, e segurando um biscoito Costone.

Mas filha é assim mesmo, a Fátima sabe, meu Deus, a Fátima não sabe a Fátima só imagina como é ser mãe. (SMANIOTO, 2015, p. 97).

Unindo a fuga de Fátima com o episódio de Scarlett, percebemos um processo de subjetivação muito intenso em torno da maternidade compulsória e do qual ela consegue se desvencilhar. Isso significa que foi também uma questão de escolha ela ter deixado Scarlett para trás, mas até certo ponto:

Fátima podia ter ido embora antes de ele chegar ela podia mas ela não podia ir embora, levar a filha, ela não conseguia deixar Tonho em Vilaboinha. Não depois de enfrentar o louco sozinha. Quem não ia querer abrir cutucar ferida, arrancar fundo, abrir mais ainda, futucar tudo, até encontrar Tonho miudinho miúdo, quem não quer o corpo de Tonho aos pedaços, macetado no tacho, oferta pro diabo, quem não quer matar Tonho esse desgraçado? Fátima podia ter ido embora antes de ele chegar ela podia ter levado Scarlett embora, mas Fátima esperou Tonho com a trouxa pronta, Fátima com o pescoço nas mãos de Tonho aguenta a afronta, ela respira como pode até ficar pronta e joga nele toda terra da boca. (SMANIOTO, 2015, p. 203-204).

Esse último excerto do romance nos leva, então, ao terceiro ponto de subjetivação fundamental para a composição da personagem Maria de Fátima enquanto *sujeito* dentro da narrativa: a violência. Maria de Fátima sofreu com Tonho desde muito nova, desde muito antes de ser casada com ele. Num dos momentos mais impiedosos da obra, Tonho a estupra sem saber que a alguma distância de onde se encontram, Maria Aparecida, mãe de Fátima, estava prestes a morrer parindo sua irmã mais nova. Reproduzo a seguir um trecho do capítulo em que Tonho conta despropositadamente a violência sexual por ele perpetrada para uma senhora sua tia:

Eu falei pra ela, eu sou boa pessoa, diacho, você sabe que já tinha era morrido de fome se eu não tomo conta de você, de sua mãe [...] Agora você me agradece, eu aproveitei e falei pra ela. Ela ficou meio raivosa, acredita, minha tia? Ela ficou nervosa saiu tropeçando nas coisas e a cachorra junto dela, deve ser da louca da Penha, diacho, a cachorra não parava de latir. Desde pequena sentada na terra com

aquelas pernas, e agora que eu ia ter o que é meu isso é jeito? Eu fui um pai pra ela, minha tia, não quero que ela ache que sou má pessoa, então expliquei volte aqui eu gritei, mesmo na escuridão eu expliquei, ela é minha por direito, eu procurei a danada com as mãos eu achei ela se encontrando nas coisas, não via nada mas enxerguei Fátima na marra, mesmo com a cadelinha latindo desgraçada. Eu entendo esses jeitos de mulher dizer quer não quer, minha tia, mas a vida não é só o que você quer, eu falei pra ela, eu falei quando ela começou a se debater, a cadelinha pregada na minha canela. A vida é dura, Maria de Fátima, você está achando o quê? (SMANIOTO, 2015, p. 110-111).

Depois de já casada e morando com ele, as agressões físicas são constantes:

Ele bate tudo que é dia ele bate. Ele bate ele não vê corpo, ele bate, bate, bate, bate ele não vê corpo, ele bate bate bate em cão nenhum ele bate. Ele não vê corpo nenhum ele nem vê nada até topar Fátima pouca ele não vê Fátima nenhuma no meio de tanto Tonho até topar com Fátima quase morta. (SMANIOTO, 2015, p. 103).

O que fica claro em relação às agressões é que, ao mesmo tempo em que Tonho não vê Fátima enquanto *sujeito*, sufocando uma subjetividade para ele inexistente, Fátima, ao contrário, potencializa essa subjetivação utilizando-se das próprias agressões como fôlego para conseguir enfrentar, vingar-se e fugir, o que também não é comum para mulheres em situação de vulnerabilidade como a dela. Assim, temos que as condições de possibilidade de Maria de Fátima atravessam seus modos de subjetivação, explicitando-os. Nesse sentido, o romance de Sheyla Smanioto (2015) rompe com uma lógica representacionista rasa na composição das suas personagens, pois todas as mulheres imbricadas nesse *desesterro* perpétuo carregam consigo muito mais que uma história a ser narrada. É uma forte história a ser experimentada. Uma história que parece sempre estar a um passo de ser percebida quando escrita por outros autores em outros contextos.

Quando fala da fome, Sheyla Smanioto universaliza esse sentimento, colocando em evidência relações de humanos e não humanos, de cidades e periferia, de solidariedade e egolatria. Quando fala da violência, Sheyla é específica ao constatar que “mulher nenhuma morreu de apanhar de marido, exceto as que estão mortas” (SMANIOTO, 2015, p. 106), individualizando uma brutalidade que, na realidade, abrange um coletivo que está sempre

*sujeito* às agressões, uma vez que *sujeito* mesmo não é. Ou não pode ser. Ou não permitem que seja, mas sem nunca deixar de sê-lo.

Assim, a fuga, a maternidade e a violência poderiam ser traduzidas por uma única palavra: medo. Não é por acaso que *Desesterro* (2015) assume também uma aura de terror na maneira como os acontecimentos vão sendo apresentados, o que justifica as escolhas narrativas da autora em relação ao léxico, à pontuação, às repetições. Afinal, poderia existir algo mais aterrorizante do que se ver presa numa realidade brutal e asfíxica? A verdade é que, se Maria de Fátima desenterrou-se de Vilaboinha para residir em São Paulo, Vilaboinha inteira teve de ser deixada enterrada para que ela pudesse, finalmente, sentir-se viva. Desenterrá-la, agora, seja Vilaboinha ou mesmo Vila Marta, seria voltar a comer toda a terra que já há muito havia conseguido cuspir.

Ademais, se “o medo trava a criatividade” (QUAIS..., 2016), em *Desesterro* (2015) é o próprio medo que articula processos de subjetivação únicos, que adquirem a potência necessária para desestabilizá-lo na produção de novos *sujeitos*, mais criativos do que nunca.

#### **4 Considerações finais**

Todas as questões levantadas por este trabalho, desde a conceitualidade da literatura marginal, passando pelas formas de caracterizar a subalternidade e a subjetividade, até os pontos de subjetivação expressos na obra, referem-se em muito à contemporaneidade daquelas/es que a leem, a nossa contemporaneidade, em que a leitura exige de nós um posicionamento menos ingênuo e muito mais desconfiado, visto que “[...] uma série de transformações sociais, políticas e históricas foram [sic] impulsionando homens e mulheres a duvidarem, a reconhecerem todo e qualquer discurso como um espaço traiçoeiro, contaminado de intenções, e de silêncios imperdoáveis” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 105).

Apesar do silêncio de algumas personagens do romance, como o de Scarlett ou da filha de Maria Aparecida sem nome, a narrativa trabalha de forma a não deixar que essas personagens continuem a serem silenciadas, trazendo à tona suas subjetividades antes de suas objetivações. Smanioto (2015) joga com essas objetivações explicitando-as e invertendo o caminho a ser tomado, pois a maneira como estão figuradas também as denuncia.

Por fim, numa sociedade em que os homens determinam os comportamentos e o sentir das mulheres em todos os meios, torna-se um alívio perceber que escritoras de merecido reconhecimento estão tentando inverter o jogo por meio dessa linguagem não desinteressada e estão a ficcionalizar o real para que se possa, como já nos disse Ranciére (2009), pensá-lo. Uma literatura que se queira apenas enquanto objeto estético, intrinsecamente joga com o horizonte de expectativas de suas/seus leitoras/es e as/os desafia, pois, a leitura, como já constatado por Jouve (2002, p. 125), “no que concerne aos desafios performativos do texto, nunca é uma atividade neutra”. Nem poderia ser. Sheyla parece saber disso muito bem.

## Referências

CASARIN, Rodrigo. Sobre cães, mulheres, terra e fome. *Pernambuco*, Recife, 05 set. 2016. Disponível em: <http://www.suplementopernambuco.com.br/artigos/1675-sobre-c%C3%A3es,-mulheres,-terra-e-fome.html>. Acesso em: 15 fev. 2018.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Ditos & escritos V: Ética, sexualidade, política*. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung. Tradução de Gabriela Lafeté Borges e revisão de Wanderson Flor do Nascimento. *Bulletin de la Société française de philosophie*, Paris, v. 82, n. 2, p. 35-63, abr.-jun. 1990. (Conferência proferida em 27 de maio de 1978). Disponível em: <http://portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/critica.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2020.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HOOKS, bell. *Talking back: thinking feminist, thinking black*. New York: Routledge, 2015. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781315743134>.

JOUBE, Vincent. *A leitura*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jéssica Oliveira de Jesus. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

NASCIMENTO, Érica P. *Vozes marginais na literatura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

OSSO da fala. Produção de Sheyla Smanioto. São Paulo: vídeoverso produtora cultural, 2013. 1 vídeo (10m17s). Publicado pelo canal vídeoverso ossodafala. Disponível em: <https://bit.ly/2Wn5l91>. Acesso em: 11 maio 2020.

QUAIS as Intersecções Possíveis entre Política e Literatura? – Encontros de Interrogação. [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (1h34m09s). Publicado pelo canal Itaú Cultural. Disponível em: <https://bit.ly/2xSorKK>. Acesso em: 10 jan. 2020.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2009.

RODRIGUES, Henrique. “Desesterro”, de Sheyla Smanioto. *Grupo Editorial Record*, Rio de Janeiro, 16 nov. 2015. Disponível em: <https://www.record.com.br/desesterro-sheyla-smanioto/>. Acesso em: 07 jan. 2010.

SCHMIDT, Rita T. A crítica feminista na mira da crítica. *Ilha do Desterro*, Florianópolis, n. 42, p. 103-125, jan./jun. 2002.

SMANIOTO, Sheyla. *Dentro e folha*. São Paulo: Dulcineia Catadora, 2012.

SMANIOTO, Sheyla. *Desesterro*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SMANIOTO, Sheyla. *No ponto cego*. Rio de Janeiro: Escola Sesc de Ensino Médio, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2SV6i6d>. Acesso em: 11 maio 2020.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Recebido em: 12 de janeiro de 2020.

Aprovado em: 08 de junho de 2020.